

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 228 – 06/12 à 10/12/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *eSocial*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[CBIC apresenta mudanças da CIPA no próximo dia 16 de dezembro](#)

Revista Proteção - 09/12/2021

Como mais uma oportunidade para que empresários e profissionais do setor da construção possam entender as principais mudanças na constituição e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) na construção, a partir de janeiro de 2022, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promove no próximo dia 16 de dezembro, às 14h, o “Painel Nova NR-5 | CIPA na Construção”.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Liberdades e autonomia sindicais é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/12/2021

O [Tema do Mês](#) de dezembro de 2021 e janeiro de 2022 da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é "[Liberdades e autonomia sindicais: estudos direito comparado e direito brasileiro](#)". A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST.

[TST elege ministro Emmanoel Pereira para a Presidência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2021

Em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, realizada nesta quinta-feira (9), o Tribunal Superior do Trabalho elegeu o ministro Emmanoel Pereira para presidir a Corte e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no biênio 2022-2024. A vice-presidente será a ministra Dora Maria da Costa, e o novo corregedor-geral será o ministro Caputo Bastos. A posse da nova direção se dará em sessão solene em 16/2/2022.

[Empresa que exigiu cheque e carta-fiança para admissão de motorista deverá indenizá-lo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/12/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, de Eusébio (CE), ao pagamento de indenização a um motorista que, para ser admitido, teve de entregar uma carta de fiança e um cheque no valor de R\$ 20 mil, com data em branco. Para o órgão, a exigência de garantias para a admissão de empregado configura abuso do poder diretivo do empregador.

[TST anula acordo firmado por sindicato sem anuência de trabalhadores](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/12/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho desconstituiu acordo firmado entre a Nexans Brasil S.A., de Lorena (SP), e o sindicato da categoria em relação a 62 empregados que não assinaram declaração de anuência. Segundo o colegiado, o sindicato não pode atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores substituídos por ele sem sua autorização expressa, nem mesmo sob a alegação de que o acordo teria sido aprovado em assembleia.

[Dirigente de cooperativa não tem estabilidade reconhecida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/12/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o pedido de um bancário de Vitória (ES) para anular a sua dispensa imotivada pelo Itaú Unibanco S.A. durante seu mandato como dirigente da Cooperativa de Consumo dos Profissionais de Instituições Financeiras Ltda. (Coopban). Para o colegiado, o dirigente de cooperativa só tem garantia de estabilidade provisória no emprego se sua atividade como diretor estiver em conflito com os interesses do seu empregador, o que não se verificou no caso.

[Majorada condenação de indústria por morte de auxiliar por asbestose](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/12/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho majorou, de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão, o valor da indenização a ser paga pela Fras-Le S.A. ao espólio de um auxiliar de produção que faleceu em decorrência de asbestose, doença ocupacional resultante da exposição ao amianto. Também foi mantida a quantia de R\$ 100 mil para cada uma das herdeiras do trabalhador.



Notícias do Executivo

[ENIT e EAGU debatem consensualidade nas relações de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 09/12/2021

A Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT), vinculada à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) realizou de forma virtual, nesta quarta-feira (8), em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU), o seminário “Consensualidade nas Relações de Trabalho”. Entre os instrutores do seminário, esteve o auditor-fiscal do trabalho Romulo Machado e Silva, subsecretário de Inspeção do Trabalho, que destacou a implementação do modelo estratégico de atuação da fiscalização, substituindo a abordagem tradicional. “A abordagem precisa ser proativa, focada em prioridades e metas e de acordo com o diagnóstico das causas de não conformidade, a partir do planejamento estratégico e do diálogo setorial. Precisamos assegurar inspeções efetivas e eficientes e envolver parceiros, pelo diálogo social, para influenciar o cumprimento da legislação, ampliando, assim, o impacto de nossas ações”, afirmou o auditor.

[Conselho aprova, por unanimidade, novo teto de juros para empréstimo consignado](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 06/12/2021

Com o aumento na taxa básica de juros (Selic) e no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos últimos meses, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, nesta segunda-feira (6), o aumento do teto dos juros cobrados nas operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

[Governo encaminha ao Congresso Projeto de Lei que regulamenta atividades de lobbying](#)

Ministério da Economia - 10/12/2021

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional proposta de Projeto de Lei que

dispõe sobre a representação privada de interesses junto a agentes públicos, atividade conhecida como lobbying. A mensagem, assinada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, foi encaminhada nesta quinta-feira (9/12), Dia Internacional Contra a Corrupção.

[Especialistas explicam como funciona a gamificação no trabalho](#)

Fundacentro - 09/12/2021

Para discutir o tema, a Fundacentro realizou a 10ª edição do LabTalk trouxe a pauta "[Gamificação em Segurança e Saúde no Trabalho: conquistas e conflitos](#)", disponível no Canal da Fundacentro no YouTube. De acordo com especialistas, a gamificação é uma tendência que compromete e recompensa os participantes. Essa ferramenta desenvolve um ambiente de trabalho mais engajado. "Na gamificação é utilizado o conceito e técnicas de jogos em contextos não relacionados aos jogos", informou Rodrigo Narcizo, servidor público federal da Agência Nacional de Aviação (Anac) e criador de jogos para governos.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[ONU Mulheres, UNOPS e MPT lançam série sobre desigualdades de raça e gênero no mundo do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 10/12/2021

A ONU Mulheres e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops) se uniram ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para produzir série de vídeos sobre desigualdade de raça e gênero no mundo do trabalho. Os episódios vão estar disponíveis a partir desta sexta-feira 10.12 nos canais do Youtube de ONU Mulheres Brasil e do MPT. Os vídeos tiveram participação de Taís Araújo, defensora dos Direitos das Mulheres Negras da ONU Mulheres Brasil, que participou em cada um dos seis episódios.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Portaria define fluxo de atendimento a resgatados de condições análogas à escravidão em MT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/12/2021

Trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão em Mato Grosso agora serão atendidas de acordo com o Fluxo de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, criado pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MT) com base nas diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT Brasil). O protocolo foi oficializado por meio da Portaria nº 001/2021, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso no dia 02.12.21, assinada pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Paulo Bustamante, e pelo presidente da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-MT), Auditor-Fiscal do Trabalho Amarildo Borges.

[Em meio à crise, Brasil terá o maior número de escravizados desde 2013](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/12/2021

Desde 1995, mais de 57 mil pessoas foram retiradas de condições análogas às de escravo no Brasil. Os grupos de fiscalização móvel, que completaram 26 anos em maio, chegaram a interromper as atividades entre março e julho do ano passado para evitar disseminação do novo coronavírus, devido ao deslocamento de seus integrantes. Mas a fiscalização trabalhista foi considerada pelo decreto 10.282/2020 uma das atividades essenciais durante a crise da covid-19. Os números de resgatados estavam em queda desde 2007, quando foi atingido o recorde, com 6.025 trabalhadores, devido a operações que retiravam mais de mil pessoas em uma única plantação de cana-de-açúcar. Chegou a 640 em 2017. Desde então, foi a 1.154 (2018), 1.052 (2019) e 936 (2020). Agora, 2021 pode terminar com o dobro de 2020.

eSocial

Notícias do e-Social

[Perfil Profissiográfico Previdenciário \(PPP\) em meio eletrônico será implementado a partir de janeiro de 2023](#)

eSocial - 09/12/2021

No intuito de adiar a implantação do PPP eletrônico para o mês de janeiro de 2023, o Ministério do Trabalho e Previdência informa que publicará, ainda este ano, uma alteração na [Portaria MTP nº. 313, de 22 setembro de 2021](#). O adiamento tem como objetivo atender pleitos das empresas, em especial as optantes pelo Simples Nacional, as quais ainda estão em fase de adaptação ao eSocial, no que diz respeito aos eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST).

Outras Notícias

[Alexandre suspende ação sobre fracionamento de intervalo intrajornada](#)

Consultor Jurídico - 12/12/2021

Por entender que ato do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em processo que versa sobre a validade de norma coletiva de fracionamento de intervalo intrajornada afrontou decisão do Supremo no julgamento do Tema 1.046, o ministro Alexandre de Moraes acolheu reclamação de uma empresa do setor farmacêutico e suspendeu o processo. Ao analisar o caso, Alexandre de Moraes lembrou que decisão do ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão de todos os processos de pactos coletivos que limitam ou restringem direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

[TRT-2 anula dispensa de empregada que desenvolveu síndrome do túnel do carpo](#)

Consultor Jurídico - 11/12/2021

Tendo em vista a incapacidade parcial e permanente determinada pela síndrome do túnel do carpo e o nexo causal com a função desempenhada, a 18ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região determinou a reintegração de uma bancária, além de condenar o banco ao pagamento de indenização de R\$ 20 mil a título de danos morais, e ao estabelecimento de uma pensão mensal vitalícia de 20% da última remuneração.

[Estudo do governo propõe fim da multa do FGTS e liberar trabalho todo domingo](#)

Consultor Jurídico - 11/12/2021

No centro do debate está um [estudo](#) elaborado pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho. O Gaet foi dividido em quatro partes para elaborar propostas sobre economia e trabalho; Direito do Trabalho e segurança jurídica; trabalho e previdência e liberdade sindical. O resultado do trabalho desses especialistas é um documento de 262 páginas. O estudo propõe 330 alterações em dispositivos da CLT que vão desde a inclusão de 110 regras, a

alteração de 180 e a revogação de 40 delas.

[Pedido de demissão de gestante não afasta direito à estabilidade provisória](#)

Consultor Jurídico - 09/12/2021

O estado de perigo como modalidade de defeito do negócio jurídico, se configura quando alguém assume obrigação muito onerosa, acima da normalidade, para salvação a si mesmo ou de pessoa de sua família de dano, sendo do conhecimento da outra pessoa envolvida no negócio. Com base nesse entendimento, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região anulou o pedido de demissão feito por uma funcionária grávida durante período crítico da pandemia de Covid-19, determinando o pagamento da indenização substitutiva correspondente aos salários do período de estabilidade.

[TRT-2 mantém justa causa de empregada que foi trabalhar com Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 06/12/2021

Diante da caracterização de comportamento de risco, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, por unanimidade, reconheceu a justa causa aplicada a uma empregada que não observou o isolamento domiciliar nem fez uso de equipamentos de proteção ao comparecer ao local de trabalho, durante licença médica em razão de contaminação por Covid-19.

[STF adia decisão sobre inclusão de parte na sentença ou execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 06/12/2021

Um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes interrompeu o julgamento, pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, de uma aguardada decisão da Corte. Uma ação da Confederação Nacional do Transporte questiona atos praticados por tribunais e juízes do trabalho que incluem, no cumprimento de sentença ou na fase de execução, pessoas físicas e jurídicas que não participaram dos processos trabalhistas sob a alegação de que fariam parte de um mesmo grupo econômico.

[Grupo de Estudo Tripartite produzirá diagnóstico sobre riscos psicossociais relacionados ao trabalho](#)

Revista Proteção - 09/12/2021

Foi publicada, em 11 de novembro, no DOU (Diário Oficial da União), a [Portaria STRAB/MTP nº 13.211, de 9 novembro](#), que institui, no âmbito da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), o GET (Grupo de Estudo Tripartite) sobre Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, com a finalidade de produzir subsídios técnicos para tomada de decisão da

Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência acerca de políticas públicas em relação ao tema. Compõem o GET representantes de órgãos ou entidades de Governo, empregadores, trabalhadores, além da OIT e do MPT como Observadores.

[Nota Técnica esclarece transição entre o PPRA e o PGR](#)

Revista Proteção - 06/12/2021

Foi publicada, dia 6 de dezembro, a [Nota Técnica SEI nº 51363/2021/ME](#) com esclarecimentos acerca da transição entre o PPRA (Programa de Prevenção a Riscos Ambientais) da NR 9 e o PGR (Programa de Gerenciamento de Risco) da NR 01. O documento foi produzido pela SIT (Subsecretaria de Inspeção do Trabalho), por meio da Coordenação-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho e da Coordenação de Normatização e Registro e assinada pelo Subsecretário de Inspeção do Trabalho Romulo Machado e Silva.

[Burnout vira doença do trabalho em 2022. O que muda agora?](#)

Exame - 09/12/2021

A Síndrome de Burnout vai mudar e já tem data marcada. A partir do dia 1 de janeiro de 2022, entra em vigor a nova classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), a CID 11. Com isso, o Burnout passa a ser tratado de forma diferentes – e as empresas precisam ficar atentas para esse risco. Nas palavras do texto, a síndrome será oficializada como “estresse crônico de trabalho que não foi administrado com sucesso”. No texto anterior, ela era considerada ainda como um problema na saúde mental e um quadro psiquiátrico.

[Pequenos negócios geraram quase 80% das vagas de trabalho em outubro](#)

Agência Brasil - 08/12/2021

Com a abertura de 201,7 mil novos postos de trabalho, as micro e pequenas empresas foram as responsáveis por 79,7% das 253 mil vagas criadas no mês de outubro. O levantamento é do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Nos meses anteriores, segundo o Sebrae, esse percentual girava em torno de 70%. Quando analisada a geração de empregos por setor, no mês de outubro, as micro e pequenas empresas do segmento de serviços foram as que mais criaram vagas (87,5 mil), como vem ocorrendo nos últimos meses. Em segundo lugar ficaram as empresas do comércio, com 61,3 mil novos postos de trabalho, seguidas pelas da indústria de transformação (28,4 mil) e construção civil (22,6 mil).



Atos Normativos

[Resolução nº 33/CRPS, de 26 de março de 2021](#) (DOU de 06/12/2021 Seção I Pág. 132) - Revisa e atualiza os Enunciados do Conselho Pleno do CRPS “ENUNCIADO Nº 13 - atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então;

[Resolução nº 35/CRPS, de 30 de abril de 2021](#) (DOU de 06/12/2021 Seção I Pág. 132) - Revisa e atualiza os Enunciados do Conselho Pleno do CRPS “ENUNCIADO Nº 5 - o recolhimento em atraso de contribuições previdenciárias devidas pelo contribuinte individual exige a comprovação do efetivo exercício de atividade remunerada, na forma do art. 55, §3º da Lei nº 8.213/91;

[Resolução nº 50/CRPS, de 30 de setembro de 2021](#) (DOU de 06/12/2021 Seção I Pág. 132) - Revisa e atualiza os Enunciados do Conselho Pleno do CRPS “ENUNCIADO Nº 11 - o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é documento hábil à comprovação da efetiva exposição do segurado a todos os agentes nocivos, sendo dispensável o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) para requerimentos feitos a partir de 1º/1/2004, inclusive abrangendo períodos anteriores a esta data;

[Retificação](#) (DOU de 07/12/2021 Seção I Pág. 161) - Instrução Normativa nº 2, de 8 de novembro de 2021, que dispõe “Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho nas situações elencadas;

[Retificação](#) (DOU de 07/12/2021 Seção I Pág. 162) - Portaria MTP nº 667, de 8 de novembro de 2021, que estão incluídas as regras, entre outras, sobre a organização e a tramitação dos processos administrativos de auto de infração e de notificação de débito do FGTS e da Contribuição Social, incluindo regras sobre sistema eletrônico do processo administrativo, imposição de multas administrativas, emissão da Certidão de Débitos Trabalhistas;

[Portaria STRAB/MTP nº 14.293, de 6 de dezembro de 2021](#) (DOU de 07/12/2021 Seção II Pág. 40) - Fica instituído, no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, o Grupo de Trabalho Tripartite - GT Tripartite, com o objetivo de apresentar estudos sobre a aprendizagem e empregabilidade de jovens no mercado brasileiro;

[Portaria STRAB/MTP nº 14.294, de 6 de dezembro de 2021](#) (DOU de 07/12/2021 Seção II Pág. 40) - Fica instituído, no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho - CNT, Grupo de Trabalho Tripartite - GT Tripartite, com o objetivo de apresentar estudos sobre o mercado de trabalho e empregabilidade da mulher;

[Instrução Normativa RFB nº 2.053, de 6 de dezembro de 2021](#) (DOU de 08/12/2021 Seção I Pág. 46) - Dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

[Instrução Normativa RFB nº 2.055, de 6 de dezembro de 2021](#) (DOU 08/12/2021 Seção I Pág. 57) - Dispõe sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

[Retificação](#) (DOU de 08/12/2021 Seção I Pág. 130) - Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que dispõe “Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho;

[Resolução CNPS/MTP nº 1.345, de 6 de dezembro de 2021](#) (DOU de 8/12/2021 Seção I Pág. 131) - Recomenda que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fixe o teto máximo de juros ao mês, para as operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, em dois inteiros e quatorze centésimos por cento (2,14%) e, para as operações realizadas por meio de cartão de crédito, em três inteiros e seis centésimos por cento (3,06%);

[Portaria MTP 895, de 7 de dezembro de 2021](#) (DOU de 09/12/2021 Seção I Pág. 418) - Altera a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho;

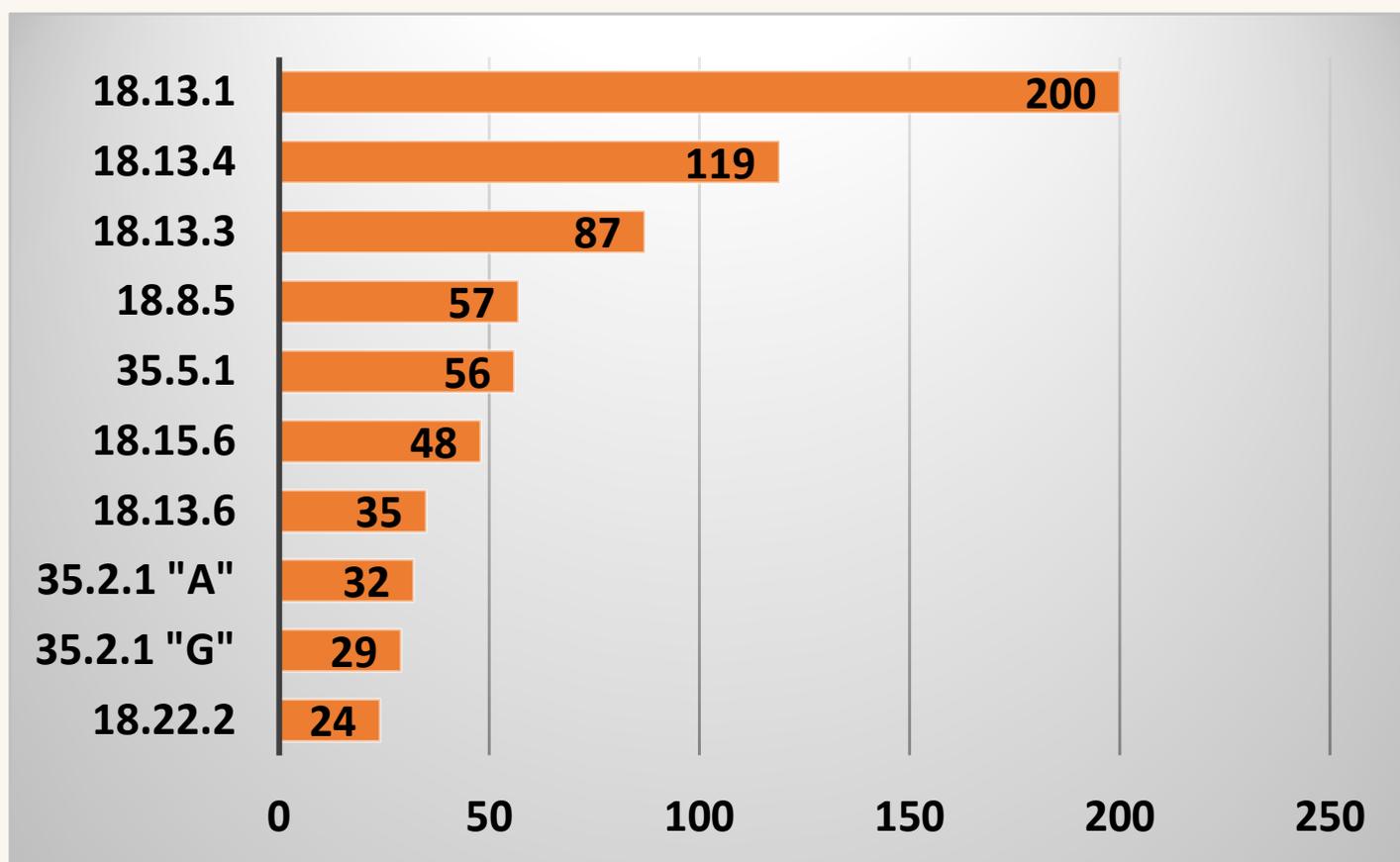
[Portaria/MTP nº 899, de 9 de dezembro de 2021](#) (DOU de 10/12/2021 Seção I Pág. 105) - Altera a Portaria/MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, que disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências;

[Aviso de Consulta Pública nº 7/2021](#) (DOU de 10/12/2021 Seção III Pág. 219) - Submete à consulta pública proposta de alteração da Portaria/MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, para incluir o Anexo VI - Regulamento para Avaliação da Conformidade de Equipamentos de Proteção Individual por Certificação (Regulamento Principal). O texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/regulamento-avaliacao-EPI-certificacao>.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Embargo” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/out):



Retificação: As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Embargo: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades dos canteiros de obra da Indústria da Construção por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR)

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.13.6 Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula